



A UNIVERSIDADE E A INVISIBILIDADE DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA MULHERES-MÃES

Safira L. Hosken¹, Paula L. Curi²

¹ Universidade Federal Fluminense, safirahosken@id.uff.br

² Universidade Federal Fluminense, paulalandcuri@id.uff.br

Propósito

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado que evidencia a maternidade como condição de vulnerabilidade para as mulheres às violências de gênero. Parte do acolhimento de mulheres-mães, também vítimas de violências de gênero, que procuraram a universidade para atendimento psicológico. Tratou-se de mulheres diversas, que sinalizavam o quanto as macroestruturas sociais - o patriarcado, o racismo e o classismo - engendram lógicas de dominação, que além de as relegarem a lugares subalternos, as fazem vítimas de vários tipos de violências, que, mais ou menos sutis, se interseccionam de modo a causar desigualdades e sofrimento psíquico. Em suas falas, gênero e raça ganham destaque, marcando os efeitos da formação social brasileira – patriarcal e racista – e o fato de, no Brasil, raça se sobrepôr à classe. Contudo, as histórias das mulheres atendidas no ambulatório de psicologia pouco se distinguem, das escutadas pelos corredores da universidade, proferidas pelas mulheres-mães, fossem elas discentes, quer de graduação quer de pós-graduação, docentes e servidoras.

Nesta direção, então, surge o interesse de refletir sobre a condição das mulheres-mães e as violências de gênero na Universidade, nesta instituição historicamente constituída por homens, brancos, das elites, cisheterossexuais. Por aqueles que detêm o saber e o poder. Para tanto, nos orientamos a partir da pergunta: É possível pensar a academia como um lugar seguro e emancipatório para as mulheres-mães? A partir desse questionamento, temos como objetivos: a) Demonstrar como as mulheres-mães são vulnerabilizadas e invisibilizadas pela instituição Universidade; e, b) Apontar a responsabilidade social da universidade em referência a uma reparação histórica às

tantas violências de gênero perpetradas por saberes hegemônicos, discriminatórios e excludentes, que impactaram a vida e as (não) possibilidades de escolha de mulheres-mães brasileiras.

Revisão da literatura

No Brasil, a universidade detém um importante papel social na produção científica de pesquisas acadêmicas - o qual precisamos afirmar e defender. Contudo, tais estudos foram - e, muitos ainda são - responsáveis pela reprodução e manutenção de assimetrias de gênero e de lugares de opressão, haja vista que, a academia foi constituída e ocupada historicamente apenas por uma pequena parcela da população, formada por homens de uma elite branca brasileira. Contudo, o movimento de democratização do ensino superior no Brasil – a partir da implementação de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras - passou a agenciar rupturas necessárias ao que era compreendido como saber hegemônico e universal, pluralizando os debates e forçando um movimento necessário de implicação da universidade nas desigualdades sociais que (re)produz. Entretanto, além deste ser um movimento recente pensando em uma perspectiva histórica brasileira, não podemos negar que as marcas coloniais seguem enraizadas e se reverberam de muitas formas neste espaço. Uma vez que, a resistência da elite brasileira à implementação destas políticas, conforme indica Segato (2021), denunciou elementos constitutivos e fundacionais da vida acadêmica: seu caráter eurocêntrico e o racismo associado a ele.

A universidade, muitas vezes, atua de forma contrária ao que uma educação progressista e inclusiva propõe. A invisibilização dos processos sociais e subjetivos é mais efetivo quando falamos de grupos marginalizados. Este é o caso de mulheres-mães, que precisam conciliar a vida universitária, com cargas exaustivas de trabalho reprodutivo não remunerado que as lembram diariamente das dificuldades em romperem com a lógica patriarcal dominante.

A Maternidade, pode ser entendida como uma das instituições patriarcais por excelência (Gonzaga e Mayorga, 2019), porém, como nos indica Saffioti (2015), o

patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade e está em permanente transformação.

Dentre as tantas modificações sociais de gênero que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas décadas, Ávila e Portes (2012), apontam para o quanto a presença das mulheres na universidade tem se apresentado como uma das mais significativas. Contudo, essa presença não se trata de indicativo de uma mudança sistemática nas posições de poder. As autoras indicam um cenário ainda perverso para mulheres das camadas populares, que a despeito de vulnerabilidades socioeconômicas; colocadas como únicas responsáveis por suas crianças, precisam percorrer caminhos que as distanciam da possibilidade de escolha na aposta no ensino superior. Ainda, segundo as autoras, aquelas que alcançam o meio universitário, precisam desenvolver estratégias individuais de sobrevivência para sustentarem a permanência acadêmica, sendo majoritariamente trajetórias marcadas pela entrada tardia na universidade, além de fluxos atravessados por interrupções ou reprovações, havendo “um descompasso constante entre o que desejam fazer e o que realmente conseguem fazer” (p.825).

Tal descompasso aparece na narrativa de uma das mulheres-mães, vítima de violência de gênero, acompanhada pelo ambulatório de psicologia em questão. Ao apostar na graduação como movimento emancipatório à realidade socioeconômica que a cerca, encontra um ambiente hostil, o qual relata se sentir “à parte”, como se não houvesse espaço para ela e suas questões em relação às violências de gênero vivenciadas. A sua dor torna-se invisível dentro de um espaço composto por sujeitos que são “neutros” a sua história. Com isso, há a produção de um desencaixe em relação a sua vida como mulher vítima de violência - em meio a processos judiciais em busca de segurança para si e seus filhos - com as demandas exigidas pela vida acadêmica.

De certo, é nítido que “para grande parte das mulheres [...] conciliar os três segmentos de trabalho é uma fonte de estresse, ansiedade e pressão constantes. Isso as torna emocionalmente vulneráveis” (Ávila e Portes, 2012, p. 815). Entretanto, tal vulnerabilidade é ainda mais acentuada tratando-se de mulheres que precisam conciliar uma vida acadêmica produtiva, com os atravessamentos de violências de gênero vivenciadas diariamente, evidenciados também na academia, na medida em que não

encontram visibilidade e acolhimento dentro do ambiente em que acreditaram ser uma aposta emancipatória possível.

Procedimentos metodológicos

Este é um trabalho fruto de uma pesquisa de mestrado em um programa de pós-graduação em psicologia. Trata-se de uma pesquisa interessada nas reverberações da maternidade na vida de mulheres-mães que vivenciaram contextos de violência doméstica de gênero. Para tanto, a pesquisa lançou mão da produção de um diário de campo, fruto da escuta clínica realizada no ambulatório do programa de extensão universitário *Mulherio: Tecendo Redes de Resistência e Cuidado*, vinculado ao curso de psicologia. Trechos deste diário de campo, nos interpelaram a pensar sobre o lugar da universidade na vida destas mulheres. Na medida em que, dentre as mulheres acompanhadas pelo programa, não tiveram acesso ao ensino superior. Contudo, para além disso, esse trabalho reverbera a partir da aposta de uma destas mulheres-mães, no sonho de ingresso na universidade como possibilidade emancipatória às violências vivenciadas e, no seu encontro, também doloroso, com o igualmente violento ambiente acadêmico, no qual se esforça para estar.

Resultados

Fato é que a Universidade, ainda hoje, é espaço hostil à presença das mulheres, especialmente aquelas que são mães, sendo palco de (re)produções misóginas. As formas de estar na universidade, dão pistas (claras) de que, ainda hoje, acredita-se que as mulheres devem se manter circunscritas na esfera do trabalho doméstico e reprodutivo.

Coutinho e Pisetta (2021) apontam para a problemática na vigência dos discursos médico e capitalista nas instituições educativas, aliados ao produtivismo presente no campo da educação, responsáveis pela produção de uma individualização dos “fracassos”, além do esvaziamento da dimensão sociopolítica do sofrimento produzido nestes espaços. Tratando-se de mulheres-mães, a responsabilização solitária pelo trabalho de cuidado, atrelada às tantas violências de gênero vivenciadas, produzem

sentimentos de insuficiência e “fracassos” tidos como individuais. A invisibilização destas temáticas no meio acadêmico, juntamente com a falta de tomada de consciência de posições desiguais que mulheres-mães ainda ocupam nesta sociedade, contribuem para o entendimento de que suas questões não encaixam dentro de um ambiente neutro às suas dores.

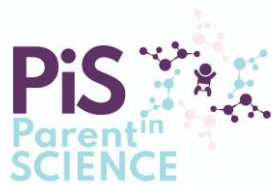
Portanto, ainda que algumas mulheres tentem buscar, pela via do ensino superior, uma possível emancipação às situações de vulnerabilidade vivenciadas, é nítido que encontram barreiras enrijecidas que dificultam não apenas o ingresso na universidade, mas também, a permanência nela.

Implicações da pesquisa

Sendo palco de cenários de desigualdades, iniquidades e violências, torna-se imprescindível, às universidades brasileiras que façam uma análise de implicação diante do que produzem. Mas não só, faz-se fundamental que a efetivação de políticas de acolhimento eficazes que possibilitem a entrada e permanência de mulheres, e de mulheres-mães, nos meios acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- Ávila, R. C., & Portes, É. A.. (2012). A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 809–832. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300011>
- Coutinho, L. G., & Pisetta, M. A. (2021). Os jovens e seus impasses no laço com a universidade: intervenção clinicopolítica em tempos de pandemia. *Estilos Da Clinica*, 26(2), 219- 232. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i2p219-232>
- Gonzaga, P. R. B., & Mayorga, C.. (2019). Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39(spe2), e225712. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225712>
- Saffioti, H. (2015). *Gênero patriarcado violência*. (2o ed.) Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE
MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

Segato, R. (2021). Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda (1º ed). Bazar do Tempo.